

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FENILCETONÚRIA E
OUTRAS DOENÇAS HEREDITÁRIAS DO METABOLISMO**

RELATÓRIO DE CONTAS 2016

Porto, abril de 2017

Ficha técnica

Proprietário e Editor:

Associação Portuguesa de Fenilcetonúria e Outras Doenças Hereditárias do Metabolismo

Praça Pedro Nunes, nº88

4099 – 028 Porto

PORTUGAL

Telf.: 960 231 590

geral@apofen.pt | www.apofen.pt

Coordenação:

Direção da Apofen

Colaboração:

Órgãos Sociais da Apofen

Publicação:

abril de 2017

©Todos os direitos reservados à Apofen

ÍNDICE

4 | Mensagem do presidente

5 | Breve caracterização da associação

7 | Introdução

8 | Enquadramento das atividades

9 | Configuração organizacional

10 | Atividades da direção

13 | Atividades realizadas em 2016

18 | Execução orçamental

28 | Resultados

29 | Agradecimentos

30 | Proposta de aplicação dos resultados

31 | Anexos

Balanço

Demonstração de resultados por natureza

Anexo às demonstrações financeiras individuais

/ MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Associados

O ano de 2016 foi um ano de recuperação financeira. Foi possível recuperar de um saldo negativo de quase 7.500 euros em 2015, para um saldo positivo de cerca de 2.400 euros. Trata-se de uma recuperação de quase 10 mil euros. Esta recuperação foi conseguida através da contenção de custos, sem nenhuma medida agravada de austeridade.

O nosso programa de regularização de quotas, permitiu uma recuperação significativa das verbas previstas de quotização. Esta iniciativa permitiu ainda a atualização da nossa Base de Dados, no que respeita à natureza, vontade e convicção dos nossos Sócios. Esta “renovação” é absolutamente crucial para a vida associativa e nós conseguimos-la. Paralelamente a APOFEN manteve um nível elevado de apoios espontâneos, mantendo a escala dos apoios institucionais. Destes é necessário salientar o apoio da Glutamine, Nutrícia e Bio-Marin.

Neste contexto não posso deixar de salientar o trabalho dedicado e vital da Paula Machado, Elisabete Almeida e Luísa Ximenes. Este Trio é o garante do sucesso que conseguimos. São sem dúvida nenhuma, muito para além do trabalho dos Diretores, as pessoas que contribuem com o seu esforço e dedicação, para esta situação de estabilidade. Conjugam em cada uma de si, qualidades pessoais que todos nós lhes reconhecemos, e que tão bem representam os Valores que a APOFEN defende.

No âmbito desta mensagem não posso deixar de reconhecer pessoal e institucionalmente o trabalho, profissional, laborioso e dedicado do nosso colega de Direção Henrique Pereira. Este trabalho não é apenas fruto de um esforço no momento de editar o Relatório. Implica o trabalho senão diário, semanal, ao longo do ano, de registo e fiscalização de toda a atividade administrativa e financeira da APOFEN. Sem o trabalho contínuo de Henrique Pereira a APOFEN não tinha atingido o patamar a que chegou.

Este ano de 2017 é ano de Eleições! Como se pode avaliar neste Relatório, o “estado geral” da APOFEN pode considerar-se Bom. Toda esta conjuntura é favorável à criação de Listas candidatas aos Corpos Sociais da APOFEN. Desta forma os candidatos podem concentrar-se apenas num programa inovador, novas atividades e serviços aos sócios.

Há um Futuro promissor à espera da APOFEN, com novas metas para atingir.

Para esse desígnio é necessário convocar novos corredores de fundo, com vontade de agarrar o “testemunho” e desenhar o percurso que se segue, para se cumprir a APOFEN.

OBRIGADO

Presidente da Direção

Rui Barros Silva

// BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

A Associação Portuguesa de Fenilcetonúria e Outras Doenças Hereditárias do Metabolismo é uma Associação Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com sede na Praça Pedro Nunes, nº88, no Porto, constituída em 22 de Dezembro de 1993.

Encontra-se registada na Direção Geral da Segurança Social, no livro das Instituições de Saúde, desde 10 de Setembro de 1994, tendo adquirido automaticamente a natureza de pessoa coletiva de utilidade pública, sendo que o seu âmbito de ação abrange todo o território nacional.

A Associação tem como máxima lutar pela melhoria das condições de vida dos indivíduos portadores de doenças hereditárias do metabolismo e tem, entre outras, como principais atividades:

- O apoio aos portadores de fenilcetonúria e outras doenças metabólicas a nível escolar, ou jardim-de-infância, de forma a garantir que lhes é fornecida a alimentação correta sem que haja por isso qualquer tipo de discriminação;
- Garantir a distribuição dos alimentos indispensáveis para estas crianças nas melhores condições económicas possíveis;
- Lutar para que qualquer progresso que se verifique no tratamento destas doenças seja apresentado aos interessados e, logo que possível posto à sua disposição;
- Proporcionar aos doentes uma qualidade de vida tanto quanto possível semelhante à das outras crianças portuguesas.

Para cumprimento dos desafios constantes que se lhe deparam, a Associação integra 22 pessoas, tendo 2 funcionárias com contrato de trabalho sem termo e uma administrativa em regime de prestação de serviço e, 19 dirigentes não remunerados de acordo com o art.º 18 dos estatutos, distribuídos pelos diversos órgãos e de acordo com a seguinte estrutura orgânica:

- a) Assembleia Geral: É o órgão a quem compete o poder deliberativo sobre as questões mais relevantes da associação, sendo ela integrada por todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, o que lhe confere uma representatividade democrática e, por essa via, a participação dos membros nas decisões da associação.

Tem a seguinte composição:

Presidente:	António Manuel Sacramento Lopes
1º Vogal:	Rui Manuel Correia Vaz Osório
2º Vogal:	Maria Carmo Santos Castro

- b) Direção: É o órgão por excelência que define as estratégias e a ação da associação, sendo da sua competência deliberar sobre um vasto e complexo campo de matérias, cabendo ao Presidente a execução das deliberações tomadas. Compete-lhe, de entre outras funções, elaborar e submeter ao parecer do órgão de fiscalização as estratégias de ação, materializadas nos planos de atividade e a sua execução no Relatório e Contas.

Tem a seguinte composição:

Presidente:	Rui Manuel Barros da Silva
Vice-Presidente:	Marta Luísa Neiva Fonseca
Tesoureiro:	Henrique Miguel Caridade Pereira
Secretária:	Cristiana Filipa Freitas Alves da Silva
Vogal:	Marisa Delgado Figueiredo Gonçalves

Para além dos membros efetivos, tem ainda cinco suplentes.

- c) Conselho Fiscal: É o órgão de fiscalização da associação, competindo-lhe as funções definidas nos estatutos, sendo-lhe primordialmente atribuído o papel de fiscalização do cumprimento das metas definidas no Plano de Atividades e Orçamento.

Tem a seguinte composição:

Presidente:	Licínio Manuel Reis Rodrigues
1º Vogal:	João Manuel dos Santos Almeida
2º Vogal:	Abílio Manuel Pereira Marinho

Para além dos membros efetivos, tem ainda três suplentes.

/// INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Contas respeita ao exercício de 2016, segundo ano do mandato dos atuais Órgãos Sociais da Apofen.

Em 2016 a Direção da Apofen deu continuidade ao processo de reorganização da base de dados dos seus associados.

A falta de um constante acompanhamento na efetiva regularização das quotizações levou a um montante consideravelmente elevado de quotas por liquidar nos últimos anos com um efeito bastante penalizador para as contas da associação.

Muitos associados compreenderam a importância da liquidação das quotizações e aderiram ao plano proposto pela Direção para poderem regularizar as quotas que têm em atraso.

Esta situação, ainda que não inteiramente conseguida, permitiu um aumento significativo no montante das quotas recebidas em 2016.

Há que continuar a trilhar este caminho para que todos possam cumprir com as suas obrigações, pois só assim é possível uma maior abrangência na realização das atividades.

No presente exercício a Apofen contou, mais uma vez, através da FEDRA com a aprovação de um projeto para subsidiar parte do ordenado de uma das suas funcionárias.

No plano institucional, mantiveram-se os protocolos celebrados com a Glutamine e Nutrícia possibilitando a manutenção, em part-time, da Psicóloga Elisabete Almeida permitindo melhorar a comunicação e o apoio aos pais e doentes; e da Técnica Superior de Comunicação e Imagem, Luísa Ximenes, para a continuidade da edição da revista Tribólicas e da nova imagem da associação.

De forma a dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, a Direção procedeu a todas as alterações propostas pela Segurança Social à revisão dos seus Estatutos, levando-os à consideração de todos os associados em Assembleia-Geral.

De todas as atividades que estavam previstas no Plano de Atividades, apenas o Fim-de-semana Cultural não foi realizado. O mesmo foi cancelado devido às más condições climatéricas.

Face ao supracitado as contas do exercício de 2016 apresentam um resultado líquido positivo no valor de 2.396,64 euros.

IV ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES

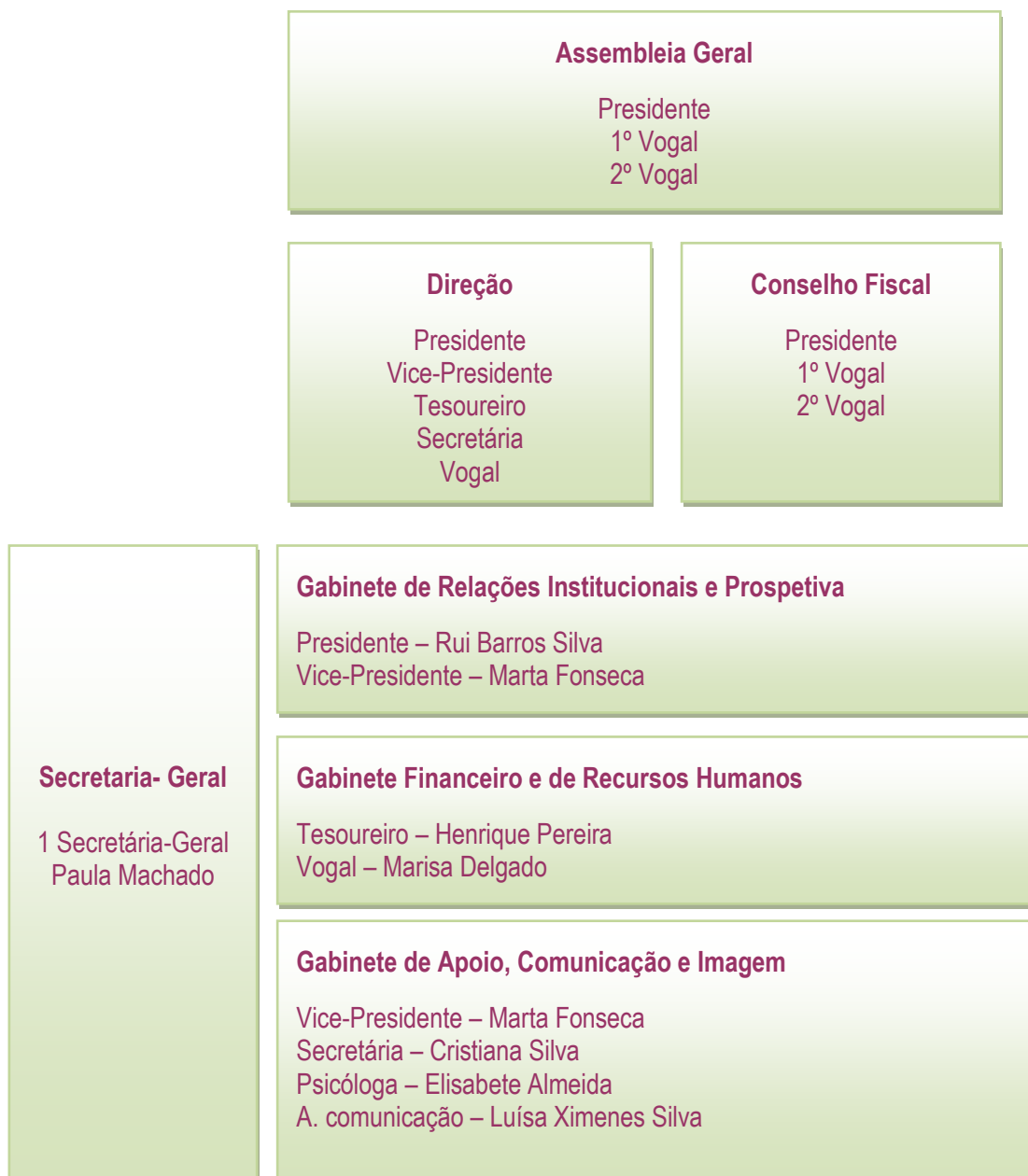
No plano da estrutura organizacional e do pessoal

Em 2016 foi mantida, no essencial, a estrutura organizacional, criada no enquadramento dos Estatutos, orientada para o cumprimento das missões cometidas à Apofen.

No Plano de Atividades e Orçamento para 2016 havia sido previsto a manutenção de uma Psicóloga, em *part-time* e com contrato sem termo, a manutenção do posto de trabalho de uma administrativa em *part-time* como prestadora de serviços e a contratação da Dr.^a Luísa Ximenes, em *part-time* e com contrato sem termo, de forma a dar continuidade ao excelente trabalho que desenvolveu aquando do estágio que realizou na APOFEN ao abrigo dos programas de estágio de emprego do IEFEP e, os 19 dirigentes não remunerados de acordo com o art.º 18 dos Estatutos, distribuídos pelos diversos órgãos e de acordo com a estrutura orgânica. A execução do Plano de Atividades respeitou, de forma estrita, esta orientação sendo que em 31 de dezembro de 2016 estavam ao serviço da Apofen 22 pessoas, conforme a distribuição e estatuto contratual que se evidencia no organograma da Apofen.

Com respeito aos cargos de direção superior manteve-se a composição prevista nos Estatutos, com correspondência no Plano de Atividades para 2016, ou seja, um Presidente, uma Vice-presidente, um Tesoureiro, uma Secretária e um Vogal da Direção, não remunerados, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 16 de novembro de 2014.

V CONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL



VI ATIVIDADES DA DIREÇÃO

No decurso do ano de 2016, a que reporta o presente relatório, a Direção assegurou o regular funcionamento da associação através da adoção das decisões da sua competência.

No contexto da sua ação a Direção providenciou, nos prazos legais e estatutários, a apresentação de todos os documentos estruturantes da atividade da Apofen, dos quais se destacam a proposta de Relatório e Contas referente ao ano de 2015 e a proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2017, tendo providenciado as condições para o regular funcionamento dos órgãos da Apofen.

Ao longo de 2016 sublinham-se as seguintes atividades mais relevantes, incluindo aquelas que foram assumidas diretamente pela Direção:

- **Continuação do projeto “Sou diferente porque sou especial”**

Continuidade do Protocolo de Cooperação entre a Apofen e a Glutamine assinado a 4 de novembro de 2011, com vista à execução do projeto com o tema “sou diferente porque sou especial”, que se iniciou em janeiro de 2012. No Protocolo estabelecido entre as duas instituições antes citadas, salientam-se abaixo os principais considerandos nele tecido, sobre a importância da melhoria da qualidade de vida dos doentes, os quais estão na base da concretização do referido Protocolo:

- Ensinar os doentes com DHM e familiares que com eles convivem diariamente a fortalecerem a capacidade de resposta a pressões, reforçar a autoestima e a autoconfiança face a situações de exclusão social;
- Colocação da doença “no seu lugar”, não lhe dando mais do que ela necessita. As crianças/jovens com doença e os seus familiares têm a oportunidade de esclarecer dúvidas acerca da doença e conseguir mais informação;
- Propiciar a estas crianças e jovens situações de desenvolvimento de atividades em pequenos e grandes grupos (promoção de estratégias de resolução de problemas) estimulando assim as experiências corporais, a integração e o convívio social, promovendo desta forma a diminuição do isolamento e estigmatização;
- Aceitação da doença e, conseqüentemente, uma melhor adaptação, através da troca de experiências. Treino para o “pensar antes de agir”, normalização de sentimentos;
- Partilha de experiências (semelhantes e diversas) e convívio com os demais da sua idade.

- **Publicação da revista Tribólicas**

A comunicação é de grande relevância no eficaz funcionamento da associação, e na capacidade de envolver os associados nas ações que a Direção desenvolve. Tendo este pressuposto sempre presente a Direção manteve o compromisso para a edição da revista Tribólicas. Como sabemos, informar é fazer chegar aos interessados notícias relevantes, no caso concreto, como realizamos e vivemos as nossas atividades, estratégias e ideias sobre a melhor forma de lidarmos com as DHMP's, são aspetos importantes para nos sentirmos por dentro das coisas, com elas viver e nelas participarmos.

- **Protocolo com a Nutrícia para o projeto “Melhorar a imagem e comunicação da Apofen”**

Protocolo de Cooperação entre a Apofen e a Nutrícia com vista à execução de um projeto para melhorar a imagem e a comunicação da associação.

Numa sociedade cada vez mais virada para as novas tecnologias, este protocolo tem como objetivos principais a divulgação da Apofen junto da sociedade civil através da elaboração de flyers e cartazes, bem como a publicação regular do Boletim Informativo e da constante manutenção do site e da página do facebook.

- **Ações de sensibilização nas escolas**

A Apofen durante o ano de 2016 deu continuidade às ações de formação e sensibilização em diversas escolas, no sentido de promover o esclarecimento sobre as doenças raras do metabolismo das proteínas.

- **Campo de Férias da Apofen**

Na semana de 15 a 21 de agosto realizou-se nas instalações do Centro de Férias da Roda Viva, em Sintra, o X Campo de Férias da Apofen para crianças e jovens portadores de doenças do metabolismo hereditário e seus familiares.

- **Encontro Anual**

No fim-de-semana de 21 a 23 de outubro realizou-se o XVII Encontro Nacional da Apofen no Hotel do Inatel na Foz do Arelho, situado junto à Lagoa de Óbidos e à praia, um cenário magnífico que nos acolheu neste que é o evento mais aguardado do ano.

Tendo como tema principal “A família”, este encontro iniciou-se com uma sessão de *coaching* a cargo do Dr. João Catalão direcionada para pais e doentes.

- **Workshops de cozinha**

Em parceria com a LiefDiet, Glutamine e Nutricia realizaram-se em 2016 workshops de cozinha em Matosinhos, Lisboa e no Porto a 15 de outubro e a 12 e 19 de novembro respetivamente.

- **Almoço de Natal**

No dia 17 de dezembro, como já vem sendo hábito, a APOFEN realizou o seu almoço de Natal nas suas instalações de Matosinhos

VII ATIVIDADES REALIZADAS EM 2016

Gabinete de Relações Institucionais e Prospetiva
. Cooperação com outras entidades e organismos nacionais e internacionais, tendo em vista a realização de ações conjuntas na área das DHMP;
. Apoio à realização do Encontro Anual, Campo de Férias, Fim-de-Semana Cultural e Escolas de Cozinha;
. Promoção e divulgação de estudos e atividades na área das DHMP;

O Gabinete de Relações Institucionais e Prospetiva tem por missão garantir o apoio técnico às atividades de cooperação institucional e realizar análises prospetivas.

Durante o ano de 2016 o GRIP desenvolveu as seguintes atividades:

Cooperação Institucional:

Participação em organizações, grupos de trabalho e projetos nacionais e internacionais:

1. Participação e acompanhamento das reuniões da Fedra – Federação Nacional das Doenças Raras;
2. Representação da Apofen em reuniões da Ação Social do Município de Matosinhos;
3. Participação nos simpósios da SPDM e ICIEM;
4. Reuniões com os representantes dos vários laboratórios que comercializam alimentos hipoproteicos em Portugal;
5. Representação da Apofen em cerimónias de inauguração de novas instalações de outras Associações.

Gestão dos protocolos e acordos de cooperação:

1. Reunião com o representante da Glutamine para acompanhamento da execução do Protocolo de Cooperação celebrado com esta empresa.

Gabinete Financeiro e de Recursos Humanos
. Realizar os procedimentos contabilísticos e dar cumprimento às obrigações fiscais;
. Assegurar a gestão orçamental, financeira e patrimonial;
. Realizar os procedimentos necessários às candidaturas aos programas de apoio às IPSS;
. Assegurar a gestão dos recursos humanos.

Ao Gabinete Financeiro e de Recursos Humanos (GFRH) compete promover e assegurar uma correta gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos da Apofen.

Com base neste desígnio, o GFRH desenvolveu, em 2016, as seguintes atividades:

Procedimentos Contabilísticos e Fiscais

1. Realização dos processamentos administrativos;
2. Desenvolvimento das funções inerentes ao movimento das receitas e despesas e os respetivos registos contabilísticos obrigatórios;
3. Cumprimento das obrigações fiscais nos prazos estipulados na lei.

Gestão Orçamental, Financeira e Patrimonial

1. Elaboração, gestão e controle orçamental – preparação da execução orçamental de 2015, acompanhamento da execução orçamental de 2016 e elaboração da proposta de orçamento para 2016;
2. Execução das atividades inerentes à gestão financeira, através do cumprimento das obrigações legais e regulamentares;
3. Elaboração dos documentos necessários para apresentação aos órgãos sociais, em cumprimento das disposições estatutárias.

Gestão dos Recursos Humanos

1. Organização e instrução dos processos relativos aos recursos humanos.

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem
. Execução das tarefas de secretariado da Direção;
. Apoio à organização de reuniões, encontros anuais e regionais e outras atividades promovidas pela Direção;
. Desenvolvimento de um Plano de Comunicação;
. Alimentação do sítio da Apofen e respetivas redes sociais;
. Realização de ações de sensibilização nas escolas.

Ao Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem (GACI) compete organizar os serviços de apoio aos órgãos sociais, apoiar na gestão dos recursos humanos e gerir e promover a comunicação e a imagem institucionais da associação.

Durante o ano de 2016 o GACI desenvolveu as seguintes atividades:

Secretariado da Direção

1. Preparação, apoio e acompanhamento das reuniões de Direção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal;

Quadro 1 – Número de reuniões dos órgãos sociais realizadas em 2016

Órgãos Sociais	Nº de reuniões realizadas em 2016
Assembleia Geral	2
Direção	15
Conselho Fiscal	1

2. Elaboração das atas das reuniões de Direção;
3. Registo e atualização dos compromissos constantes na agenda da Direção;
4. Apoio administrativo às participações da Direção em eventos organizados por terceiros.

Apoio à organização de iniciativas promovidas pela Direção

1. Organização e acompanhamento de todas as atividades realizadas pela Direção, nomeadamente:
 - Encontro Anual,
 - Encontro Regional;
 - Escolas de Cozinha;
 - Campo de Férias;
 - Fim-de-semana Cultural;
 - Almoço de Natal.

Plano de Comunicação

1. Elaboração do Plano de Comunicação que promova a Apofen e os seus parceiros;
2. Divulgação das iniciativas, atividades e projetos da Apofen e seus parceiros;
3. Promover junto dos órgãos de imprensa nacional a realização de entrevistas com a Direção da Apofen.

Sítio da Apofen e redes sociais

1. Atualização permanente do sítio da Apofen através da inserção de documentação, informações, comunicações e programas oficiais;
2. Manutenção da página de Facebook da Apofen - divulgação de diversos conteúdos como atividades a realizar, resolução de dúvidas dos associados e notícias;
3. Elaboração e divulgação da newsletter Tribólicas.

Realização de ações de sensibilização nas escolas

Desenvolvimento de uma campanha de ações de sensibilização nas escolas com o intuito de:

1. Promover a inclusão social;
2. Promover um aumento do conhecimento sobre as doenças raras, nomeadamente, as DHMP.

Secretaria-Geral
. Apoio ao funcionamento dos órgãos sociais da Apofen;
. Apoio a todas as atividades e projetos da Direção;
. Apoio às atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Relações Institucionais e Prospetiva (GRIP), pelo Gabinete Financeiro e Recursos Humanos (GFRH) e Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem (GACI).

A Secretaria-Geral (SG) tem como missão assegurar o apoio técnico à Direção da Apofen, permitindo uma maior eficácia e eficiente articulação com os restantes órgãos sociais e associados, através do apoio às atividades nas relações institucionais, nas atividades de gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, e da comunicação e imagem.

Durante o ano de 2016 a SG desenvolveu as seguintes atividades:

Apoio aos Órgãos Sociais

1. Acompanhamento dos métodos e procedimentos aprovados pela Direção;
2. Acompanhamento dos métodos e procedimentos aprovados pela Assembleia Geral e Conselho Fiscal;
3. Compilação de elementos informativos de interesse para envio aos membros dos órgãos sociais e associados;

Coordenação e apoio aos Gabinetes

1. Em articulação estreita com o GRIP, o GFRH e o GACI, a Secretaria-Geral promoveu as ações necessárias à concretização das atividades da Apofen;
2. Gestão e acompanhamento de todo o secretariado - receção, classificação e distribuição interna do correio, caixa de correio eletrónico, recebimento de quotas e donativos, emissão de recibos e pagamentos a fornecedores.

VIII EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2016

I. Nota Introdutória

A execução orçamental do presente exercício, decorrente das atividades da instituição no ano de 2016, é apresentada em comparação com o exercício do ano anterior.

Contudo, em alguns casos, auxiliámo-nos dos valores de anos anteriores para a apresentação de alguns indicadores de forma a evidenciar a evolução da situação da associação, bem como, para uma melhor compreensão.

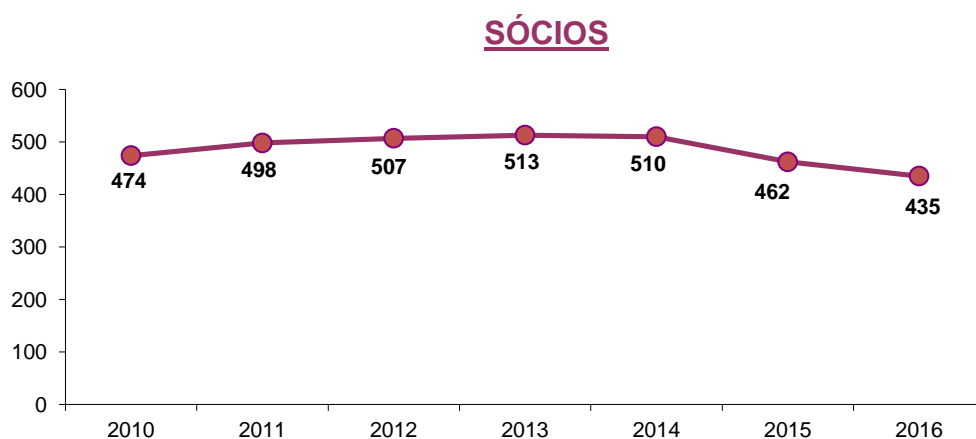
Destacamos como ponto forte o resultado líquido do exercício alcançado em 2016, influenciado fundamentalmente pela reorganização da base de dados dos associados e da contenção nos custos das atividades realizadas.

Estritamente ligado ao ponto anterior destacamos, ainda, como aspeto positivo o pagamento das quotizações. Nos últimos anos temos vindo a referir esta situação como uma das mais preocupantes, pois tem vindo a condicionar as atividades da associação. Assim, durante 2015 e 2016 procedeu-se a um rigoroso levantamento dos associados com quotizações em atraso e elaborou-se um plano de pagamentos para quem estivesse interessado em manter-se filiado à Apofen. Este processo foi bem aceite por muitos dos associados, o que resultou num aumento da regularização das quotizações em 2016.

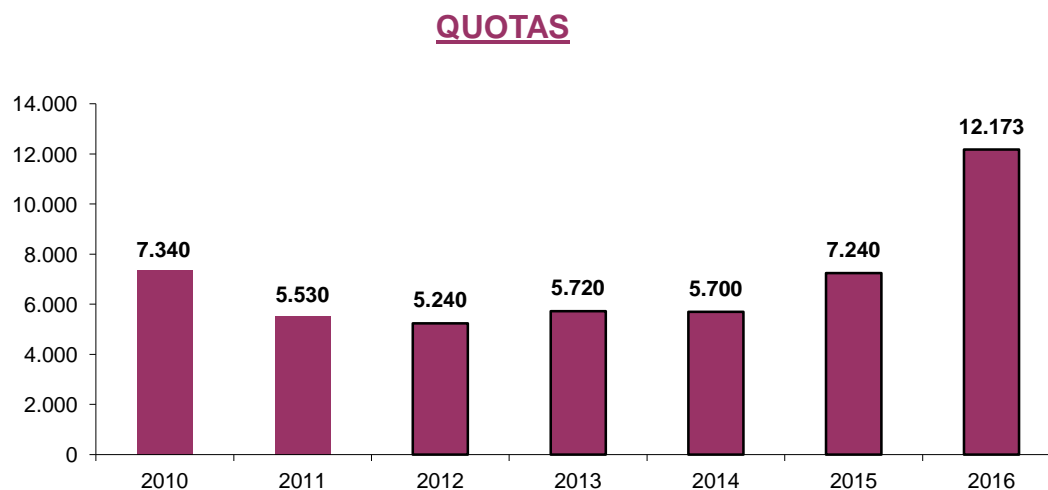
Como pontos fracos salientamos a impossibilidade da realização do Fim-de-semana Cultural, por motivos atmosféricos; e, a impossibilidade da Apofen poder apresentar as candidaturas aos projetos apoiados pelo INR, em virtude de em 2015 ter entregado a documentação exigida fora do prazo.

1. Alguns Indicadores

1. Em 2016, dando seguimento ao que foi aprovado na Assembleia-Geral deu-se seguimento ao processo de reorganização da base de dados dos associados. Assim, assistimos à tendência do ano anterior com vários sócios a optarem pela sua desvinculação como associados da Apofen, o que culminou no fecho deste exercício com a Apofen a contabilizar na sua base de dados com 435 associados.



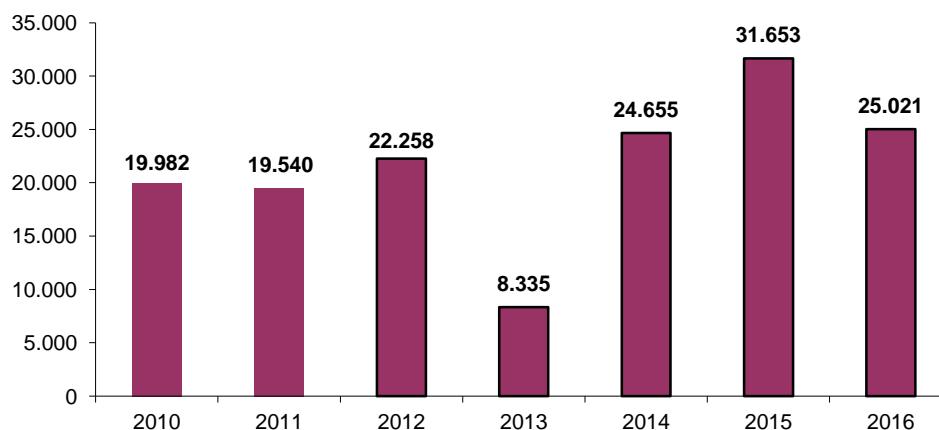
2. Em 2016, fruto da carta endereçada a todos os associados para a regularização das quotizações em atraso, dando, assim, cumprimento ao compromisso assumido pelos sócios na Assembleia-Geral Ordinária de 21 de novembro de 2015, verificou-se uma subida substancial das quotas devidas face aos anos anteriores. Contudo, continua a ser insuficiente pois o montante global das quotas devidas continua a avolumar-se. De um montante de 55.110 euros em quotas apenas 12.173 euros foram liquidadas, o que representa apenas 22%.



3. Os donativos foram a componente em que se verificou o maior decréscimo face ao ano anterior.

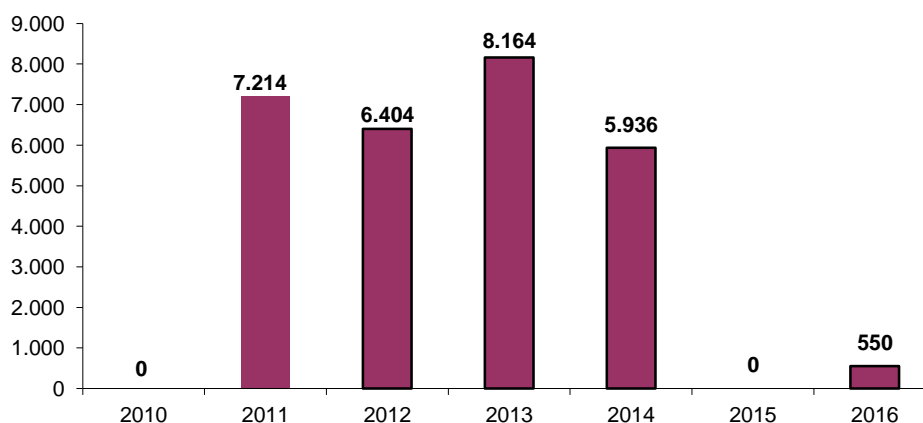
Contudo, temos de realçar o facto de em 2015 estar incluído um donativo de 7.500 euros, no âmbito do protocolo celebrado com a Nutrícia, referente a um adiantamento para 2016.

DONATIVOS



4. Em 2016 no que concerne ao benefício fiscal consignado no art.º 32 da Lei n.º16/2001, de 22 de junho (Lei da Liberdade Religiosa), a Apofen recebeu apenas 549,75 euros relativos a acertos de anos anteriores. Esta rubrica de rendimentos tem sido fundamental nos últimos anos para contrabalançar a falta no pagamento das quotizações. Porém, em 2015 e 2016 fruto da não entrega do pedido junto da AT dentro do prazo legal muito influenciou os resultados líquidos destes exercícios.

CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS



5. Em termos de resultados do exercício, o ano de 2016 apresenta um acentuado aumento face ao ano anterior.

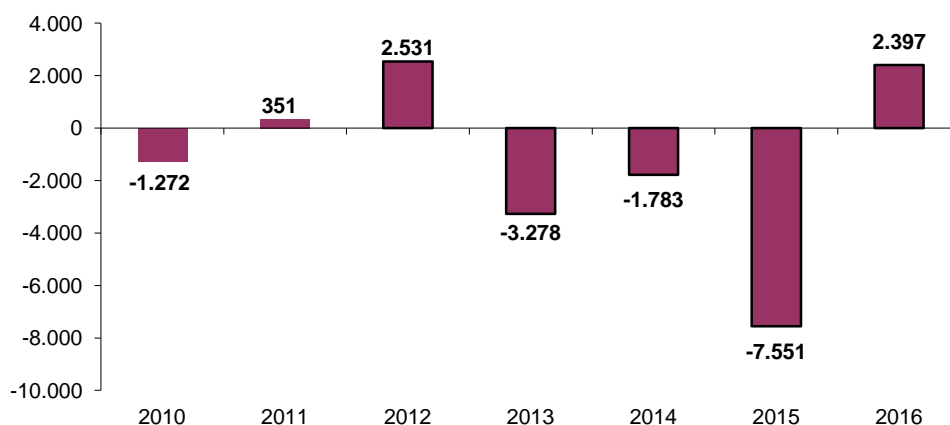
Este facto resulta da decisão por parte da Direção em reorganizar a sua base de dados dos associados dando cumprimento ao compromisso assumido pelos sócios na Assembleia-Geral Ordinária de 21 de novembro de 2015, o que originou uma subida substancial das quotas devidas face aos anos anteriores.

Uma associação como a Apofen vive dos seus associados e o impacto das quotizações devidas nas contas da associação tem sido o catalisador para os resultados obtidos nos últimos anos.

Porém, não podemos deixar de salientar o protocolo celebrado com o Centro de Genética Médica Doutor Jacinto de Magalhães (CGMJM) para colaboração na realização das Conferências de Genética o que se traduziu, por um lado, num esforço maior ao nível do volume de trabalho da nossa parte, e por outro, num aumento das receitas que permitiu equilibrar os resultados da associação face aos anos anteriores.

Evidentemente que o objetivo da associação não é ter lucros, até pelo seu caráter social, mas amenizar os gastos consoante os rendimentos que obtém.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO



2. Associativismo

A relação com os associados continua a desenvolver-se através de correspondência, do sítio na Internet, da página do Facebook, do Encontro Anual, do Boletim Informativo de periodicidade mensal e da revista Tribólicas de periodicidade quadrimestral.

Assinala-se com apreço a colaboração desinteressada de alguns sócios com a sua associação, sendo desejável que um maior número ajudasse esta coletividade, em prol de uma causa comum.

Como se pode constatar pelo quadro 2, em 2016 foram admitidos apenas 9 sócios e ocorreram 34 desistências/anulações. Foi um ano com pouca adesão de associados e, derivado da reorganização da base de dados verificaram-se mais algumas desistências/anulações. Como consequência, constata-se a continuação do decréscimo no número de sócios que tem ocorrido nos últimos anos. Assim, em dezembro de 2016 a Apofen era constituída por 435 sócios.

Quadro 2 – Número de Sócios em 2016

SÓCIOS	2012	2013	2014	2015	2016	2016	
						Admitidos	Desistências/ Anulados
Efetivos	240	245	262	234	233	6	7
Auxiliares	259	260	240	220	194	3	29
Honorários	8	8	8	8	8	0	0
Total em 31.12	507	513	510	462	435	9	36

2.1 Quotizações

Tal como vem sucedendo nos últimos anos, o pagamento das quotas em 2016 ficou-se pelos 41% do montante devido para o corrente ano, ou seja, dos 13.200 euros devidos apenas 5.470 euros foram liquidados.

Com a reorganização da base de dados foram anulados no final do exercício 36 sócios. Como se constata pelo quadro 3, os 7 sócios efetivos tinham 1.040 euros de quotizações por liquidar e os 29 sócios auxiliares 3.420 euros.

Quadro 3 – Valor das quotas em dezembro 2016

Anos anteriores			2016			Total
Devidas	Pagas	Em falta	Devidas	Pagas	Em falta	Em falta
41.910	6.433	35.477	13.200	5.470	7.730	43.207
Anulados em 31.12.2016						Total
Efetivos	Auxiliares	Total				Em falta
1.040	3.420	4.460				38.747

II. Análise da situação económica e financeira

1. Rendimentos

1.1 Os saldos bancários, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são discriminados da seguinte forma:

	31-12-2016	31-12-2015
Depósitos à Ordem (DO)		
Santander Totta	32.392,24	30.394,20
Outros instrumentos financeiros		
Santander Totta	22,09	22,05

Como podemos constatar pelo quadro acima a rubrica de Depósitos à Ordem manteve-se estável face ao ano de 2015.

De realçar que esta rúbrica é de extrema importância para fazer face aos compromissos futuros, nomeadamente, os gastos com o pessoal e as atividades programadas no Plano Anual de Atividades, pelo que é extremamente importante o trabalho que a Direção está a realizar no domínio da cobrança de quotas, bem como, uma nova aposta em campanhas de angariação de fundos de forma a aumentar os níveis de liquidez da associação.

1.2 A rubrica de serviços prestados não sofreu grandes desvios face ao ano de 2015.

Assistimos a uma melhoria nas quotizações devidas com um recebimento de mais do dobro nas quotas de exercícios anteriores. Este facto aliado à realização das Jornadas de Genética permitiram contrabalançar a perda do patrocínio da Merck, no montante de 6.000 euros, para a edição da revista Tribólicas.

Vendas e Serviços Prestados	2016	2015
Vendas	0,00	0,00
Serviços Prestados	23.458,00	23.532,40
Quotizações exercícios anteriores	6.433,00	3.060,00
Quotizações exercício	5.470,00	4.180,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	6.000,00
Encontro/Congresso Anual	3.950,00	5.620,00
Campo de Férias	3.830,00	3.822,40
Escolas de cozinha	0,00	0,00
Apoio escolar	0,00	0,00
Encontro regional de famílias	0,00	0,00
Fim-de-semana Cultural	0,00	570,00
Conferências de Genética	3.445,00	0,00
Atividades de Exercícios Anteriores	330,00	280,00

1.4 Relativamente às outras rubricas dos rendimentos, assistimos a uma quebra na rubrica de Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos pelo facto de em 2016 a Apofen estar impedida de se candidatar aos projetos do INR derivado no atraso na entrega da documentação de 2015.

Em 2016 a Apofen manteve o apoio da FEDRA na comparticipação de uma parte das remunerações da sua Psicóloga, no montante de 5.000 euros.

Assistimos, ainda, à liquidação da última tranche relativa aos ordenados do estágio de emprego do IEFP.

A rubrica de donativos, de extrema importância para o equilíbrio das contas da associação, sofreu uma quebra face a 2015. Contudo, esta situação derivada essencialmente de em 2015 estarem contabilizados 7.500 euros relativos a um adiantamento da Nutrícia para apoio às atividades da Apofen em 2016.

A Direção tem-se desdobrado em inúmeras iniciativas e contactos de forma a obter novas formas de financiamento das suas atividades. Contudo, atendendo à especificidade do objeto da associação a mensagem tem sido difícil de transmitir às entidades doadoras, o que resulta numa grande dependência de duas grandes entidades doadoras.

Em relação ao IRS consignado obtivemos um retorno de 549,75 euros fruto de regularizações de anos anteriores que a Autoridade Tributária realizou. Porém, a partir de 2017 a Direção espera que esta rubrica comece a contribuir para o equilíbrio das contas da associação, como verificado em anos anteriores.

Subsídios, Outros rendimentos e ganhos e Juros	2016	2015
Subsídios, doações e legados à exploração	31.415,18	47.943,40
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	6.430,08	16.290,80
ISS, IP - Centro Distrital (INR)	5.000,00	11.047,17
Encontro Anual	0,00	3.682,26
Campo de Férias	0,00	2.062,07
Fim-de-semana Cultural	0,00	0,00
FEDRA	5.000,00	5.302,84
IEFP	1.430,08	5.243,63
Subsídios eventuais	0,00	0,00
Subsídios de outras entidades	25.021,10	31.652,60
Donativos em dinheiro	24.621,10	31.652,60
Donativos em espécie	400,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	1.510,86	0,00
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
Restituição de impostos (0,5% do IRS consignado)	549,75	0,00
Outros	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	0,10	0,17
Outros rendimentos similares	0,10	0,17

2. Gastos e perdas

2.1 Quanto às rubricas de gastos e perdas analisemos primeiro as contas dos Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVM) e os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE).

Como o quadro em baixo evidencia, os CMVMC aumentaram face ao exercício anterior derivado essencialmente da compra de géneros alimentícios para o Campo de Férias. Isto pelo facto de muitos DHMP's terem já uma dieta mais liberalizada, possibilitando a ingestão de gelados de leite, o que não sucedia em anos anteriores.

CMVMC e FSE	2016	2015
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	304,97	99,89
Fornecimentos e serviços externos	32.652,85	35.894,85
Subcontratos	13.655,60	16.781,45
Alojamento	6.967,12	6.634,56
Alimentação	5.248,02	8.590,49
Outros	1.440,46	1.556,40
Serviços especializados	8.432,15	7.783,51
Trabalhos especializados	4.388,34	1.827,78
Publicidade e propaganda	0,00	1.080,71
Vigilância e segurança	125,46	139,40
Honorários	3.908,35	4.340,02
Conservação e reparação	10,00	29,91
Outros	0,00	395,60
Materiais	1.616,94	541,55
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	56,95	0,00
Livros e documentação técnica	45,00	0,00
Material de escritório	1.514,99	485,16
Artigos para oferta	0,00	26,50
Outros	0,00	29,89
Energia e fluidos	509,15	501,08
Eletricidade	471,13	380,73
Combustíveis	0,00	77,16
Água	38,02	43,19
Deslocações, estadas e transportes	6.345,52	6.152,86
Serviços diversos	2.068,59	4.083,98
Comunicação	1.961,14	3.322,19
Seguros	56,07	667,57
Limpeza, higiene e conforto	51,38	67,83
Outros serviços	0,00	26,39
Material Didático	24,90	20,51

Em relação aos FSE, os gastos com este tipo de serviços face a 2015 sofreram uma diminuição significativa devido fundamentalmente à rubrica de “subcontratos”, nomeadamente a alimentação, fruto de uma melhor negociação dos preços nas refeições para o Encontro Nacional da Apofen.

2.2 Nas outras rubricas de gastos apenas temos de salientar o aumento dos “trabalhos especializados” que sofreram um acréscimo face a 2015 porque os gastos com a edição da revista Tribólicas passaram a estar contemplados nesta conta em detrimento da conta “comunicação”, daí a diminuição desta face ao ano anterior.

De referir, ainda, que com a reorganização da base de dados os associados com dívidas em atraso aderiram ao plano de pagamentos de regularização de quotas, pelo que em 2016 não houve necessidade de assumir perdas por imparidades relativas a dívidas incobráveis.

Gastos com o pessoal, Gastos de depreciação e de financiamento	2016	2015
Gastos com o pessoal	17.418,71	14.636,73
Remunerações dos órgãos sociais	131,85	819,20
Ajudas de Custo	131,85	819,20
Remunerações do pessoal	14.381,76	11.359,50
Remunerações	12.725,00	9.941,86
Subsídio de Alimentação	1.656,76	1.417,64
Ajudas de custo	0,00	0,00
Encargos sobre Remunerações	2.611,42	2.069,45
Seguros de Acidentes no Trab. e Doenças Profissionais	154,18	106,58
Formação profissional	139,50	282,00
Gastos de depreciação e de amortização	312,55	320,53
Outros gastos e perdas	3.202,38	28.032,32
Impostos	0,00	310,00
Dívidas incobráveis	0,00	27.100,00
Sócios efetivos	0,00	15.660,00
Sócios auxiliares	0,00	11.440,00
Correções relativas a exercícios anteriores	823,38	26,32
Quotizações	564,00	596,00
Custos com apoios financeiros concedidos a associados	1.815,00	0,00
Gastos e perdas de financiamento	6,04	42,34
Juros suportados	0,06	0,01
Serviços Bancários	5,98	35,13
Outros	0,00	7,20

III. Resultados por atividades

Os gastos e os rendimentos do Encontro Anual foram um pouco superiores aos de 2015 derivado da melhoria na negociação dos preços do mesmo o que contribuiu para um aumento significativo do número de participantes nesta atividade. Ainda que positivo, o saldo final do Encontro Anual registou um valor inferior a 2015 devido em grande parte à ausência de subsídio atribuído pelo INR, IP para a realização do mesmo.

No Campo de Férias, mantendo-se o mesmo número de participantes face a 2015, é de realçar a contenção nos gastos fruto de uma melhoria nas negociações de preços para a realização desta atividade. Desta forma, conseguiu-se uma melhoria significativa nos resultados desta atividade, baixando-se consideravelmente os prejuízos face a 2015.

Na edição da revista Tribólicas realça-se a diminuição substancial dos rendimentos e o consequente aumento nos resultados negativos desta atividade, devido ao facto de em 2016 a BioMarine não ter patrocinado a edição da revista.

A partir de 2016 a Apofen passou a efetuar, conjuntamente com o CJMJM, uma nova atividade. A realização das Conferências de Genética resultaram num saldo significativamente positivo dada a grande participação no evento, bem como os apoios para a realização do mesmo.

Quadro 4 – Resultados por atividades

Atividades	2015			2016		
	Gastos	Rendimentos	Saldo	Gastos	Rendimentos	Saldo
Encontro/Congresso Anual	8.131,18	9.582,26	1.451,08	11.103,46	11.151,10	47,64
Campo de férias	11.281,51	8.684,47	-2.597,04	8.938,92	8.370,00	568,92
Escolas de Cozinha	0,00	0,00	0,00	348,94	0,00	348,94
Apoio Escolar	83,10	60,00	-23,10	11,00	0,00	11,00
Tribólicas	2.999,33	6.600,00	3.600,67	4.267,44	750,00	3.517,44
Encontro Regional de famílias	171,96	0,00	-171,96	0,00	0,00	0,00
Fim-de-Semana Cultural	2.562,95	2.440,00	-122,95	0,00	0,00	0,00
Conferências de Genética	0,00	0,00	0,00	3.285,94	7.165,00	3.879,06
Subtotal	25.230,03	27.366,73	2.136,70	27.955,70	27.436,10	519,60
Associação	53.796,63	44.109,24	-9.687,39	26.467,80	29.384,04	2.916,24
Total			-7.550,69			2.396,64

X RESULTADOS

No exercício de 2016, e tendo em consideração o que evidenciamos no presente relatório, a Apofen obteve um resultado líquido positivo no valor de 2.396,64 euros.

Para este resultado favorável pesou a regularização das quotizações que se encontravam em atraso, e a ótima e equilibrada execução orçamental de cada uma das componentes, quer dos rendimentos e réditos quer dos gastos e perdas, reveladora do empenhamento de todos os envolvidos na vida da associação permitiu cumprir com o que estava previsto no Plano de Atividades.

Naturalmente que a APOFEN é uma IPSS e, como tal, uma organização sem fins lucrativos, e que a nossa missão é estritamente social, pelo que o apuramento do saldo final ajudará na realização das atividades programadas para o ano de 2017.

XI AGRADECIMENTOS

Cabe lugar neste Relatório, referir explicitamente agradecimentos a todos quantos de alguma forma têm contribuído para o crescimento da Apofen, e para a melhoria das condições de vida dos Doentes que representamos, destacando-se:

Os Técnicos de Saúde, Médicos, Endocrinologistas, Nutricionistas e Dietistas, Psicólogos e Enfermeiros, de todos os Centros de Tratamento do País, por reconhecerem a Apofen como um parceiro importante na garantia de melhores condições de vida dos Doentes que todos nós representamos;

A GLUTAMINE nas pessoas do Dr. António Madureira e Margarida Madureira, pelo apoio financeiro generoso e pela amizade que têm demonstrado nos últimos anos;

A NUTRICIA na pessoa da Dr.^a Filipa Horta, pelo apoio financeiro e institucional;

A DIETICARE nas pessoas do Sr. Sérgio Macedo e Sr. Luís Ferreira pelo apoio financeiro e interesse que têm demonstrado nas atividades que a Apofen realiza;

A LIFEDIET na pessoa da Dr.^a Joana Correia pelo apoio financeiro e amizade que sempre tem demonstrado;

Ao Dr. Rui Vaz Osório pela sua dedicação e por ter estado sempre presente em todos os momentos da Vida da Apofen;

Por fim,
todos os AMIGOS apofénicos, sócios ou não, que com dedicação tenham oferecido o esforço do seu trabalho, ou aqueles que tenham angariado apoios financeiros para a APOFEN, assim como, todas as EMPRESAS que têm consubstanciado esse apoio, tão determinante para a vida da APOFEN.

XII PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Foi com o envolvimento de todos que atingimos os objetivos, ultrapassamos as dificuldades e alcançamos os desafios a que nos propusemos.

Nos termos de tudo que antecede este relatório a Direção propõe à Assembleia-geral:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do exercício de 2016.
2. Que o resultado líquido do exercício de valor positivo de 2.396 euros e 64 cêntimos seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

XIII ANEXOS

1. Balanço;
2. Demonstração de resultados;
3. Anexo às demonstrações financeiras individuais;
4. Parecer do Conselho Fiscal

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016			
RÚBRICAS	NOTAS	2016	2015
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	721,24	961,66
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	72,34	144,47
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Ativo corrente			
Inventários	7	222,50	222,50
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	8	0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	9	0,00	462,80
Diferimentos	9	0,00	480,00
Outros ativos financeiros	10	22,09	22,05
Caixa e depósitos bancários	10	32.867,30	30.869,26
Subtotal		33.111,89	32.056,61
Total do ativo		33.905,47	33.162,74
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		2.500,00	2.500,00
Resultados transitados	11	28.517,76	9.928,45
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
Resultado líquido do período	11	31.017,76	12.428,45
Total do fundo de capital		33.414,40	4.877,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	27.100,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		0,00	0,00
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	8	251,07	281,07
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	9	240,00	0,00
Outras contas a pagar	12	0,00	903,91
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Subtotal		491,07	1.184,98
Total do passivo		491,07	28.284,98
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		33.905,47	33.162,74

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	13	23.458,00	23.532,40
Subsídios, doações e legados à exploração	14	31.451,18	47.943,40
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	304,97	99,89
Fornecimentos e serviços externos	15	32.778,85	35.894,85
Gastos com o pessoal	16	17.418,71	14.636,73
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17	1.910,86	0,00
Outros gastos e perdas	18	3.602,38	28.032,32
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		2.715,13	-7.187,99
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5+6	312,55	320,53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.402,58	-7.508,52
Juros e rendimentos similares obtidos	19	0,10	0,17
Juros e gastos similares suportados	19	6,04	42,34
Resultados antes de impostos		2.396,64	-7.550,69
Imposto sobre o rendimento do período	8	0,00	0,00
Resultado líquido do período	11	2.396,64	-7.550,69

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016
(valores expressos em euros)**

1. Identificação da entidade

A Associação Portuguesa de Fenilcetonúria e Outras Doenças Hereditárias do Metabolismo é uma Associação Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com sede na Praça Pedro Nunes, nº88, no Porto, constituída em 22 de Dezembro de 1993.

Encontra-se registada na Direcção Geral da Segurança Social, no livro das Instituições de Saúde, desde 10 de Setembro de 1994, tendo adquirido automaticamente a natureza de pessoa coletiva de utilidade pública, sendo que o seu âmbito de ação abrange todo o território nacional.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto refere-se que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Outras contas a pagar” (Nota 12) e “Diferimentos” (Nota 9).

3.1.3. Consistência de apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação:

Devido à importância do ativo e passivo serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Associação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Associação e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e,
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis:

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Associação espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Associação tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada (anos)
Equipamento administrativo	5 - 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Associação revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”. Contudo em 2016, não ocorreu nenhuma venda de ativos fixos tangíveis.

3.2.2. Ativos intangíveis:

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativo fixo intangível	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários:

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição e ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Associação adota como método de custeio dos inventários o custo corrente. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Associação detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo corrente.

3.2.4. Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Associados

De acordo com a Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), as quotas sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Associação deverão ser registadas no ativo pela quantia realizável.

Contudo, a Direção entendeu, ainda, não proceder a este registo no ativo pela quantia realizável das quotas procedentes de associados que se encontram vencidas, e que representam o montante de 38.747 euros, uma vez que o processo de reorganização da base de dados dos associados não estar concluído.

Outros ativos financeiros

A rubrica “Outros ativos financeiros” compreende o Fundo Santander Multitesouraria que pode ser imediatamente mobilizável, mas contendo riscos de flutuações de valor.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos patrimoniais:

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores/associados da Associação ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões:

Periodicamente, a Associação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Associação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Associação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Associação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Estado e outros entes públicos:

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

2 - A isenção prevista na alínea c) do número anterior carece de reconhecimento pelo Ministro de Estado e das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respetiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as atividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.

3 - A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção, consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º exercício posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos Impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.

4 - O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente exercício, inclusive.

5 - Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeita a tributação, no 4.º exercício posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afeta aos respetivos fins.

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da OCC.

6. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do exercício de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015	Adições	Abate	Transf.	2016
Custo					
Equipamento administrativo	3.582,08	-	-	-	3.582,08
Outros ativos fixos tangíveis	39,90	-	-	-	39,90
Ativo Bruto	3.621,98	0,00	0,00	0,00	3.621,98
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	2.607,12	240,42	-	-	2.847,54
Outros ativos fixos tangíveis	13,30	-	-	-	13,30
Ativo Líquido	961,66	240,42	0,00	0,00	721,24

7. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015	Adições	Ajustamento/Abate	2016
Custo				
Programas de computador	1.360,05	-	-	1.360,05
Ativo Intangível Bruto	1.360,05	0,00	0,00	1.360,05
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	1.215,58	72,13	-	1.287,71
Ativo Intangível Líquido	144,47	72,13	0,00	72,34

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016	
	Mercadorias	Matérias primas
Inventário Inicial	222,50	0,00
Compras	0,00	304,97
Regularizações	0,00	0,00
CMVMC	0,00	304,97
Inventário Final	222,50	0,00

Verifica-se a não existência de inventário inicial e final de matérias-primas, uma vez que as compras são efetuadas aquando das Escolas de Cozinha, e para consumo na própria ação de formação, pelo que se consideram consumidas no momento da compra.

As mercadorias em inventário são relativas aos livros de receitas “Comer bem sem fazer mal”, volumes I e II; e, aos filmes, em formato DVD, sobre a Fenilcetonúria e os “15 anos da Apofen”.

No período de 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos relacionados com “Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas”:

Descrição	2016	
	Mercadorias	Matérias primas
Inventário Inicial	222,50	0,00
Compras	0,00	304,97
Regularizações	0,00	0,00
Inventário Final	222,50	0,00
CMVMC	0,00	304,97

9. Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016
Ativo	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00
Total	0,00
Passivo	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	166,67
Segurança Social	84,40
Total	251,07

Os valores do IRS retido e da Segurança Social são referentes a dezembro, pelo que a entrega dos mesmos ocorreu dentro do prazo legal em janeiro de 2017.

10. Diferimentos

Em 31 dezembro de 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016
Rendimentos a reconhecer (ativo)	
Diferimento de receitas	0,00
Total	0,00
Rendimentos a reconhecer (passivo)	
Receitas com proveito diferido	240,00
Total	240,00

Os valores de receitas com proveito diferido, isto é, rendimentos que entraram em 2016 mas que apenas serão reconhecidos em 2017 são referentes a quotas.

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016
Caixa	475,06
Depósitos à ordem	32.392,24
Total	32.867,30

12. Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos Patrimoniais	2016	2015
Fundos	0,00	0,00
Reservas	2.500	2.500
Resultados Transitados	28.517,76	9.928,45
Resultado Líquido do Período	2.396,64	-7.550,69
Total	33.414,40	4.877,76

13. Outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016
Outros credores	0,00
Total	0,00

De referir que a Associação tem vindo a reduzir substancialmente as suas dívidas para com terceiros face aos anos anteriores. Em 2016, liquidou todas as dívidas para com terceiros.

14. Vendas e serviços prestados

Para o período de 2016 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Vendas” e “Serviços Prestados:”

Vendas:

Descrição	2016
Mercadorias	0,00
Total	0,00

Serviços prestados:

Descrição	2016
Serviços prestados	23.458,00
Total	23.458,00

15. Subsídios, doações e legados à exploração

A Associação reconheceu, em 2016, os seguintes subsídios e doações:

Descrição	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	6.430,08
Subsídios de outras entidades	25.021,10
Total	31.451,18

Atribuídos pelas seguintes entidades:

Descrição	2016
Instituto Nacional de Reabilitação, IP	0,00
Instituto Emprego e Formação Profissional	1.430,08
Fedra (através do INR, I.P.)	5.000,00
Entidades Privadas	25.021,10
Total	31.451,18

O montante atribuído pelo IEFP é referente à “Medida Estágio de Emprego – Portaria nº 204-B/2013, de 18 de junho, cuja candidatura da Apofen para a integração de uma estagiária foi aceite em maio de 2014.

De salientar que nos donativos concedidos pelas entidades privadas se encontram incluídos o da Glutamine e o da Nutricia, no âmbito dos protocolos assinados com a Apofen.

De referir, ainda, os donativos atribuídos por empresas dos vários setores de atividade, desde farmácias, clínicas a empresas de transporte, o que muito apraz esta Direção que estas empresas, mesmo em situação de crise económica que se verifica no país, continuem a ajudar a Apofen na prossecução dos seus fins.

16. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 foi a seguinte:

Descrição	2016
Subcontratos	13.655,60
Serviços especializados	8.432,15
Materiais	1.616,94
Energia e fluidos	509,15
Deslocações, estadas e transportes	6.471,52
Serviços diversos	2.068,59
Material didático	24,90
Total	32.778,85

Os subcontratos, seguidos dos serviços especializados continuam a ser a rúbrica com mais peso na conta de FSE devido às diversas atividades que a associação realiza durante o ano.

17. Gastos com o pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 31/12/2016 foi de 7, sendo 5 dirigentes. Os gastos que a Associação incorreu com o pessoal foram os seguintes:

Descrição	2016
Órgão Sociais	131,85
Ajudas de custo	131,85
Pessoal	14.381,76
Remunerações	12.725,00
Sub. alimentação	1.656,76
Ajudas de custo	0,00
Encargos sociais	2.611,42
Seguro de acidentes no trabalho	154,18
Formação Profissional	139,50
Total	17.418,71

18. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016
Correções relativas a exercícios anteriores	961,11
Restituição de impostos (0,5% do IRS consignado 2013)	549,75
Outros não especificados	400,00
Total	1.910,86

19. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016
Impostos	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	823,38
Quotizações	564,00
Outros não especificados	400,00
Subsídios, donativos e bolsas de estudo	1.815,00
Total	3.602,38

20. Resultados financeiros

No período de 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016
Juros e gastos similares suportados	
Juros suportados	0,06
Outros gastos e perdas de financiamento	5,98
Total	6,04
Juros e rendimentos similares obtidos	
Juros obtidos	0,10
Total	0,10
Resultados financeiros	-5,94

21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pela administrativa que assegura o secretariado da Apofen, para 2016, foram de 3.908,35 euros (isento de IVA).

22. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Assembleia-Geral da Apofen em 23 de abril de 2016.

Porto, 30 de abril de 2017

A DIREÇÃO,

Rui Manuel Barros da Silva
Marta Luísa Neiva Fonseca
Henrique Miguel Caridade Pereira
Cristiana Filipa Freitas Alves da Silva
Marisa Delgado Figueiredo Gonçalves

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos legais e estatutários, vimos apresentar o nosso Parecer sobre o Relatório de Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, emitido sob a responsabilidade da Direção da Associação Portuguesa de Fenilcetonúria e Outras Doenças Hereditárias do Metabolismo (APOFEN).

O Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo procedido às verificações adequadas e recebido da Direção os esclarecimentos e informações que entendeu convenientes.

Em final de exercício, o Conselho Fiscal analisou com especial atenção o tratamento contabilístico de situações de natureza patrimonial de maior impacto, nomeadamente os que se relacionam com as quotas procedentes de associados que se encontram sem saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Associação. Estas não estão registadas no ativo pela quantia realizável como exige a NCRF-ESNL. No entanto, o Conselho Fiscal recebeu resposta satisfatória da Direção quanto a esta situação.

No desenvolvimento das nossas funções, examinámos o Relatório de Contas, bem como as Demonstrações Separadas da Posição Financeira (“Balanço e Demonstração de Resultados por Naturezas”) em 31 de Dezembro de 2016, e correspondentes notas anexas, para o exercício findo naquela data.

O Conselho Fiscal enaltece o trabalho desenvolvido pela Direção no exercício de 2016 o que permitiu um Resultado Líquido do Exercício em 2016 no montante de 2.396,64 euros. Por outro lado, o Conselho Fiscal ressalva também as rubricas de “Caixa e Depósitos bancários” e de “Fundos Patrimoniais” o que permite a associação manter a sua atividade em prol dos seus associados sem grandes sobressaltos.

Nestas circunstâncias, somos de parecer favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2016 e do Relatório de Contas, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, nos termos em que foram apresentados pela Direção.

Expressamos à Direção o nosso apreço pela colaboração recebida no exercício das nossas funções.

Porto, 3 de maio de 2016

O CONSELHO FISCAL

Licínio Manuel Reis Rodrigues
João Manuel dos Santos Almeida
Abílio Manuel Pereira Marinho